

COMANDO 12 REGIAO MILITAR/MEX/AM

Estudo Técnico Preliminar 16/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64321000878202642

2. Objeto da contratação

Contratação serviço de preparação e traslado de restos mortais (corpo e membros), incluindo todas as despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, do local do óbito/amputação para o local designado pela família para o velório/sepultamento/cremação, quando se tratar de óbito de militares da ativa e seus dependentes, militares veteranos, pensionistas, servidores civis e ex-combatentes na abrangência da 12ª Região Militar.

3. Descrição da necessidade

3.1. A Portaria - DGP/C Ex nº 267, de 3 de dezembro de 2020 estabelece a execução de traslado de corpo no âmbito do Exército, tendo como entendimento o serviço de preparação e traslado de restos mortais (corpo e membros), incluindo todas as despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, do local do óbito/amputação para o local designado pela família para o velório/sepultamento/cremação, quando se tratar de óbito de militares da ativa e seus dependentes, militares veteranos, pensionistas, servidores civis e ex-combatentes na abrangência da 12ª Região Militar.

3.2. Os serviços contínuos de funerária como fornecimento de urnas mortuárias e demais materiais e serviços eram prestados pela empresa RENATO R BATISTA inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.579.750/0001-60, CONTRATO Nº 16/2021, proc. Adm. 00000.000097 /2021-00 cuja vigência do quinto termo aditivo finda em 22 de JUNHO DE 2026.

3.3. A contratação de serviços continuados de funerária, incluindo o fornecimento de urnas mortuárias e materiais correlatos, além do traslado em veículo apropriado, é essencial para atender as ocorrências de óbitos de militares na área de abrangência do Comando da 12ª Região Militar, compreendendo os estados de Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, tendo como destinos finais todo o Território Nacional Brasileiro.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Assistência Social da 12ª Região Militar — SAS/12ª RM	Marriton Santos Dias - CEL R1

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Na perspectiva de assegurar a execução desses serviços, a contratação deve assegurar as seguintes características e funcionalidades:

5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

5.1.2. Empresa especializada na prestação de serviço funeral;

5.1.3. Garantia da qualidade dos serviços com disponibilidade de pessoal qualificado voltado à eficácia e eficiência dos recursos empregados;

5.1.4. Disponibilidade de infraestrutura adequada e suficiente para atendimento do objeto;

5.1.5. Disponibilidade de todas as condições perante a execução do objeto voltadas a agilidade, economicidade e resolutividade na prestação do serviço, relativas a pessoal, equipamentos, materiais, insumos, veículos, vestuários e equipamentos de proteção individual;

5.1.6. Atendimento do objeto com equipamentos, materiais, insumos, vestuários e veículos de boa qualidade;

5.1.7. Aptidão frente a regularidade fiscal, econômica/contábil, trabalhista, idoneidade e social;

5.1.8. Apresentar aptidão para o desempenho da atividade pertinente, por meio de atestado emitido por órgão competente, compatível em características e especificações, prazos e pessoal técnico adequado e disponível para a realização dos serviços requeridos;

5.1.9. Ciência das condições e locais de atendimento para a realização da remoção do corpo (TRANSLADO) dos militares da ativa e seus dependentes, militares veteranos, pensionistas, servidores civis e ex-combatentes na abrangência da 12ª Região Militar para os locais de sepultamento, em veículo apropriado da empresa vencedora e este deverá encontrar-se devidamente limpo, abastecido e em condições de viagem, com identificação da funerária nas portas laterais e documentação em conformidade com o DENATRAN;

5.1.10. Cumprimento eficiente das rotinas estabelecidas para o atendimento, especialmente quanto apresentação de documentação primordial que permita as condições de ateste das despesas;

5.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5.1.12. Respeito às práticas tradicionais e comportamentais quanto aos rituais de sepultamento;

5.2. Os serviços funerários serão executados conforme descrito nos subitens a seguir:

5.2.1. É de responsabilidade única de a CONTRATADA promover o fornecimento das urnas, com seus acessórios, o traslado e prestar os serviços inerentes, a partir da assinatura do Contrato, conforme solicitação da Seção de Assistência Social da 12ª RM, em conformidade como especificado no Termo de Referência, rigorosamente dentro do prazo e das especificações contratadas e do quantitativo indicado, salvo motivo de caso fortuito ou de força maior, submetido à consideração da 12ª RM, sob pena da aplicação das sanções previstas neste termo;

5.2.2. Os serviços devem ser disponibilizados para militares da ativa e seus dependentes, militares veteranos, pensionistas, servidores civis e ex-combatentes na abrangência da 12ª RM, que sucumbiram no decorrer de seu tratamento de saúde ou morte súbita;

5.2.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar número de telefone, com plantão de 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, que ficará à disposição do responsável da Seção de Assistência Social da 12ª RM, para fins de chamada de atendimento;

5.3. Terá como base para efeito de cobrança do traslado (quilometragem), a distância do local de ocorrência do óbito até o local de sepultamento, compreendendo os trechos aéreos, fluviais e terrestres, quando for o caso, tendo como base os dados fornecidos em sites de serviço de pesquisa e visualização de mapas e imagens via satélite, como Google Maps;

5.4. Sustentabilidade:

5.4.1. Em relação aos critérios de sustentabilidade, devem ser atendidos os seguintes requisitos, baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.4.1.1. Uso de Materiais Sustentáveis:

- As urnas mortuárias devem ser preferencialmente confeccionadas com materiais sustentáveis, como madeira certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council) ou materiais reciclados.
- Vestuários e ornamentações devem ser preferencialmente produzidos com materiais orgânicos ou reciclados.

5.4.1.2. Redução de Impacto Ambiental:

- A empresa contratada deve adotar práticas que minimizem o impacto ambiental de suas operações, incluindo a redução de resíduos, uso eficiente de recursos e práticas de reciclagem.
- Procedimentos de tanatopraxia devem utilizar produtos químicos que causem menor impacto ambiental, preferencialmente biodegradáveis.

5.4.1.3. Transporte Eficiente:

- O traslado deve ser preferencialmente realizado em veículos que atendam aos padrões de eficiência energética e baixas emissões de poluentes, preferencialmente utilizando veículos híbridos ou elétricos.

5.4.1.4. Gestão de Resíduos:

- A empresa deve implementar um sistema de gestão de resíduos sólidos que assegure a correta segregação, armazenamento e destinação dos resíduos gerados durante a prestação dos serviços.
- Devem ser adotadas práticas para minimizar a geração de resíduos perigosos e assegurar sua destinação adequada.

5.4.1.5. Responsabilidade Social:

- A empresa deve promover ações de responsabilidade social, como o apoio a comunidades locais e a contratação de mão de obra local, sempre que possível.
- Devem ser respeitados os direitos trabalhistas e condições de trabalho adequadas para todos os colaboradores envolvidos na prestação dos serviços.

5.4.1.6. Educação e Conscientização:

- A empresa deve realizar campanhas de conscientização ambiental e sustentabilidade junto aos seus colaboradores.
- Devem ser promovidas ações de educação ambiental que incentivem práticas sustentáveis entre os colaboradores e clientes.

5.4.1.7. Conformidade Legal e Normativa:

- A empresa deve cumprir todas as leis e regulamentos ambientais aplicáveis, bem como as normas de saúde e segurança no trabalho.
- Devem ser seguidas as diretrizes estabelecidas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e outras normativas pertinentes ao setor funerário.

Plano Diretor de Logística Sustentável:

5.4.1.8. Inovação em Práticas Sustentáveis: A empresa funerária deve estar comprometida com a inovação contínua em suas práticas sustentáveis. Isso inclui a pesquisa e adoção de novos materiais e tecnologias que possam reduzir ainda mais o impacto ambiental, como o uso de urnas biodegradáveis ou técnicas avançadas de conservação sem químicos prejudiciais.

5.4.1.9. Integração de Novas Tecnologias: A adoção de tecnologias verdes pode incluir o uso de veículos elétricos para o transporte funerário, sistemas de energia solar para as instalações da empresa, e o desenvolvimento de métodos digitais para reduzir o uso de papel e outros materiais descartáveis.

5.4.1.10. Engajamento e Educação Ambiental: A empresa deve realizar campanhas de conscientização ambiental tanto para seus colaboradores quanto para a comunidade. Isso pode incluir workshops, treinamentos e programas de reciclagem, além de parcerias com instituições locais para promover a sustentabilidade.

5.4.1.11. Gestão de Recursos Hídricos: Implementar sistemas de gestão de água que reduzam o consumo e promovam a reutilização de água sempre que possível. Isso é especialmente relevante em processos que utilizam grandes volumes de água, como a preparação dos corpos.

5.4.1.12. Transparência e Relatórios de Sustentabilidade: A empresa deve ser transparente sobre suas práticas e impactos ambientais, publicando relatórios periódicos de sustentabilidade que detalhem seus progressos, desafios e metas futuras.

5.4.1.13. Participação em Programas de Certificação: Além das certificações ambientais para produtos específicos, a empresa pode buscar certificações mais amplas de gestão ambiental, como a ISO 14001, para demonstrar seu compromisso com a sustentabilidade em todas as suas operações.

5.4.1.14. Responsabilidade Social Corporativa (RSC): Promover a responsabilidade social corporativa ao apoiar projetos comunitários, oferecer suporte a famílias de baixa renda e engajar-se em iniciativas que beneficiem a comunidade local, além de práticas sustentáveis internas.

5.5. Indicação de Marcas ou Modelos (art.41, inciso I, da Lei nº14.133, de 2021):

5.5.1. Na presente contratação, não há indicação de marcas ou modelos específicos, desde que sejam utilizados materiais de extrema qualidade.

5.6. Da Vedação de Utilização de Marca/Produto na Execução do Serviço:

5.6.1. Na presente contratação, não há vedação de marcas/produtos específicos, desde que sejam utilizados materiais de extrema qualidade.

5.7. Da Exigência de Carta de Solidariedade:

5.7.1. Não será exigida carta de solidariedade.

5.8. Subcontratação:

5.8.1 Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação de parcelas da execução do objeto, podendo alcançar até 90% (noventa por cento) do valor correspondente às atividades operacionais executivas necessárias à prestação dos serviços, desde que permaneçam sob responsabilidade exclusiva da Contratada a gestão, coordenação, supervisão, controle de qualidade e responsabilização integral pela execução contratual abrangendo os seguintes serviços:

5.8.1.1 Atendimento funerário 24 horas;

5.8.1.2 Transporte do corpo para preparação;

5.8.1.3 Higienização e preparação do corpo;

5.8.1.4 Tanatopraxia;

5.8.1.5 Embalsamamento;

5.8.1.6 Fornecimento de urna funerária adulta;

5.8.1.7 Fornecimento de urna funerária infantil;

- 5.8.1.8 Fornecimento de urna funerária especial;
- 5.8.1.9 Fornecimento de acessórios para urna funerária;
- 5.8.1.10 Organização e montagem do velório;
- 5.8.1.11 Locação de capela ou sala de velório;
- 5.8.1.12 Fornecimento de livro de presença;
- 5.8.1.13 Fornecimento de suportes para coroas de flores;
- 5.8.1.14 Limpeza e manutenção do local do velório;
- 5.8.1.15 Transporte do féretro ao local do sepultamento;
- 5.8.1.16 Equipe de apoio ao sepultamento;
- 5.8.1.17 Traslado municipal de corpo;
- 5.8.1.18 Traslado intermunicipal de corpo;
- 5.8.1.19 Traslado interestadual terrestre de corpo;
- 5.8.1.20 Traslado interestadual aéreo de corpo;
- 5.8.1.21 Exumação de restos mortais, quando autorizada;
- 5.8.1.22 Traslado de restos mortais;
- 5.8.1.23 Registro de óbito e obtenção da documentação pertinente;
- 5.8.1.24 Emissão de autorizações e guias de traslado;
- 5.8.1.25 Providências documentais junto a órgãos competentes;
- 5.8.1.26 Fornecimento de materiais para acondicionamento de corpos;
- 5.8.1.27 Fornecimento de materiais para acondicionamento de restos mortais;
- 5.8.1.28 Fornecimento de coroas de flores e faixas de homenagem;
- 5.8.1.29 Orientação aos familiares quanto aos procedimentos legais e administrativos.

5.8.2 A presente contratação possui características peculiares decorrentes da necessidade de prestação de serviços funerários e de traslado de restos mortais em todo o território nacional, abrangendo localidades urbanas, rurais, fronteiriças e regiões remotas, inclusive áreas de difícil acesso.

5.8.3 O Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a execução dos serviços depende da atuação integrada de funerárias locais, clínicas especializadas em conservação e preparação de corpos, transportadores terrestres, operadores logísticos, companhias aéreas e demais prestadores especializados, constituindo característica inerente ao mercado de serviços funerários de abrangência nacional.

5.8.4 Verificou-se que nenhuma empresa do setor possui, de forma economicamente viável, estrutura operacional própria instalada em todos os municípios potencialmente abrangidos pela contratação, circunstância que torna necessária a utilização de rede credenciada ou parceira para a execução material dos serviços.

5.8.5. A autorização para subcontratação fundamenta-se nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021, permitindo que a futura contratada utilize estrutura operacional local já estabelecida, reduzindo custos de mobilização e ampliando a capacidade de atendimento em âmbito nacional.

5.8.6. O percentual admitido decorre das características operacionais da solução e não representa autorização para transferência integral das obrigações contratuais, cessão do contrato ou mera intermediação comercial, permanecendo a Contratada como única responsável perante a Administração pela execução integral do objeto.

5.8.7. A solução adotada encontra respaldo na prática consolidada do mercado funerário nacional e em contratações públicas de objeto semelhante, nas quais a utilização de rede credenciada constitui elemento essencial para garantir capilaridade operacional e atendimento tempestivo das demandas.

5.8.8. A presente previsão observa o entendimento do Tribunal de Contas da União no sentido de que a subcontratação pode ser admitida quando tecnicamente justificada e expressamente prevista no instrumento convocatório, desde que não resulte na transferência integral da responsabilidade contratual nem comprometa a fiscalização e o controle pela Administração.

5.8.9. É vedada a subcontratação das atividades consideradas essenciais à gestão e ao controle da execução contratual, permanecendo sob responsabilidade exclusiva da Contratada:

5.8.9.1 A gestão administrativa, operacional e financeira do contrato.

5.8.9.2. A representação contratual perante a Administração Militar e demais órgãos públicos envolvidos na execução do objeto.

5.8.9.3. O faturamento, emissão de documentos fiscais e recebimento dos pagamentos decorrentes da execução contratual.

5.8.9.4. O recebimento das demandas encaminhadas pela Administração e o acionamento da rede executora.

5.8.9.5. A coordenação logística centralizada de todos os atendimentos.

5.8.9.6 O acompanhamento da execução dos serviços e o controle de qualidade das atividades realizadas pelas empresas parceiras.

5.8.9.7 A responsabilidade técnica pela conformidade dos materiais empregados e dos serviços executados.

5.8.9.8 A responsabilização perante a Administração por eventuais falhas, atrasos, danos ou descumprimentos contratuais.

5.8.10 Em qualquer hipótese, permanecerá com a Contratada a responsabilidade integral pela perfeita execução do objeto, pela coordenação da rede executora, pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração e pela observância do disposto no art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

5.8.11 Garantia da Contratação:

5.8.11.1. Não haverá exigência de garantia de contratação conforme os artigos 96 e seguintes da Lei nº14.133, de 2021, tendo em vista a baixa complexidade de preservação da competitividade do certame.

5.9. Vistoria:

5.9.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Opções de soluções disponíveis no Mercado:

6.1.1. Contratação de Plano Funerário:

6.1.1.1. A contratação de planos funerários para atender a necessidade do Exército não é uma solução vantajosa, visto que os planos funerários geralmente estão associados a serviços específicos e podem não incluir todos os tipos de assistência necessários. e ainda há a necessidade de que os serviços funerários sejam adaptados e personalizados, algo que os planos convencionais não oferecem.

6.1.2. Contratação de Empresa Especializada em Serviços Fúnebres:

6.1.2.1. A contratação de uma empresa especializada para serviços fúnebres, com especificações formalizadas pela 12ª RM, apresenta-se como uma das melhores opções, visto que o custo pode ser calculado previamente com base nos relatórios de anos anteriores, permitindo uma análise detalhada e a escolha da opção mais viável economicamente, e ainda manter um contato contínuo e direto com a única prestadora de serviços garante um melhor entendimento das especificidades e necessidades do traslado de corpo.

6.2. Itens necessários para a execução dos serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE ATÉ 0,50 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	2
2	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE 0,51 M ATÉ 1,00 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	2
3	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE 1,01 M ATÉ 1,40 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	2
4	URNA ADULTO: URNA MORTUÁRIA SIMPLES DE 1,41 M ATÉ 1,90M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	7
5	URNA ADULTO OBESA: URNA MORTUÁRIA ESPECIAL SIMPLES, TAMANHO ACIMA DE 1,90M OU CAPACIDADE ATÉ 150 KG; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
6	URNA ADULTO EXTRA OBESA: URNA MORTUÁRIA ESPECIAL SIMPLES, TAMANHO ACIMA DE 1,90 M OU CAPACIDADE ATÉ 200 KG; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
7	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 0,50M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	2
8	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 1,00M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	2
	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 1,40M; ENVERNIZADA; COM		

9	VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	2
10	URNA ADULTO ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES DE 1,41M ATÉ 1,90M DE COMPRIMENTO E LARGURA PADRÃO, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	6
11	URNA ADULTO ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES DE 1,91 M ATÉ 2,20 M DE COMPRIMENTO E LARGURA PADRÃO, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
12	URNA ADULTO ZINCADA OBESA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES ATÉ 140KG, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
13	URNA ADULTO ZINCADA EXTRA OBESA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES ATÉ 200KG, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
14	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA INFANTIL - ATÉ 1,40M	UN	6
15	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA ADULTO - ATÉ 2,0M	UN	10
16	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA OBESA, E EXTRA OBESA)	UN	2
17	FORNECIMENTO DE COROA DE FLORES COMPOSTA POR MIX DE FOLHAGENS E FLORES NATURAIS (CRISÂNTEMO E FLORES DA ÉPOCA) MÉDIA (1,00X1,00)	UN	14
18	FORNECIMENTO DE COROA DE FLORES COMPOSTA POR MIX DE FOLHAGENS E FLORES ARTIFICIAIS MÉDIA (1,00X1,00)	UN	14
19	FORNECIMENTO DE ORNAMENTAÇÃO INTERNA DA URNA COM FLORES	UN	14
20	SERVIÇO DE TANATOPRAXIA (INCLUINDO ASSEPSIA E TAMPONAMENTO)	UN	14
21	SERVIÇO DE CORREÇÃO FACIAL	UN	14
22	SERVIÇO DE EMBALSAMENTO	UN	14
23	SERVIÇO DE PARAMENTAÇÃO (URNA CERIMONIA CONFORME CREDOS RELIGIOSOS)	UN	14
24	TRANSLADO TERRESTRE NA ÁREA URBANA ATÉ 50KM DO CENTRO (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	14
25	TRANSLADO TERRESTRE REGIONAL NA ÁREA URBANA ACIMA DE 50 KM - SERÁ COBRADO O KM RODADO X VALOR COTADO POR KM (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	4850
26	TRANSLADO AÉREO EM LINHAS COMERCIAIS: PESO DO ESQUIFE X VALOR COTADO POR KG ATÉ 200KG	UN	845
27	TRANSLADO AÉREO EM LINHAS PARTICULARES TÁXI-AÉREO = QUILOMETRO PERCORRIDO EM LINHA RETA ATÉ 4.320KM X VALOR COTADO POR KM (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	8640

28	TRANSLADO FLUVIAL DE ESQUIFE COM DISTÂNCIA ATÉ 700KM X VALOR COTADO POR KM PERCORRIDO (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	700
29	VIGILIA NA ORIGEM (ANTES DO EMBARQUE DO ESQUIFE)	UN	7
30	VIGILIA NO DESTINO (ANTES DO SEPULTAMENTO)	UN	14
31	DESPACHO DOCUMENTAL (JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS)	UN	14
32	DESPACHO DOCUMENTAL (JUNTO A FUNERÁRIA DE ORIGEM E/OU DESTINO)	UN	14
33	TRANSLADO DE MEMBRO VIA RODOVIÁRIO POR QUILOMETRO (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	2000
34	TRANSLADO DE MEMBRO VIA AÉREO POR QUILO (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	115
35	TRANSLADO DE MEMBRO VIA TAXI AÉREO POR QUILOMETRO PERCORRIDO EM LINHA RETA ATÉ 4.320KM X VALOR COTADO POR KM (UN MEDIDA: QUILOMETROS)	UN	2000
36	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E FORMOLIZAÇÃO DO MEMBRO	UN	4
37	SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DESEMBARAÇO DA DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE MEMBRO.	UN	4
38	SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DESEMBARAÇO DA DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSPORTE AÉREO DE MEMBRO.	UN	4
39	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE ATÉ 1,40 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	1

6.2.1. Viabilidade:

- Cálculo de Custos: A contratação permite um cálculo prévio dos custos, com base nas especificações dos itens e serviços necessários. A utilização de relatórios de anos anteriores auxilia na previsão de despesas.
- Especialização: A empresa especializada possui conhecimento técnico e experiência no fornecimento de serviços fúnebres, garantindo qualidade e conformidade com as necessidades específicas do serviço.

6.2.2. Vantagens:

- Centralização de Serviços: A contratação de uma única empresa para todos os itens listados facilita a gestão e coordenação dos serviços, garantindo uma execução eficiente e padronizada.
- Qualidade e Conformidade: A empresa especializada pode garantir que todos os serviços (desde urnas mortuárias até tanatopraxia) sejam realizados conforme as especificações detalhadas, respeitando as normas de saúde e as tradições culturais.
- Flexibilidade no Atendimento: A especificação detalhada permite ajustes e personalizações conforme a necessidade, como diferentes tamanhos de urnas e serviços de tanatopraxia para diferentes faixas etárias.
- Redução de Custos Operacionais: A contratação de uma empresa única pode resultar em economias de escala, reduzindo os custos operacionais em comparação com a contratação de múltiplos fornecedores.

6.2.3. Desvantagens:

- Dependência de um Único Fornecedor: Centralizar os serviços em um único fornecedor pode criar uma dependência que, no caso de falhas ou interrupções, pode afetar negativamente o atendimento.

Solução: Permitir a subcontratação e incluir cláusulas contratuais que definam procedimentos claros para a resolução de problemas e a manutenção da continuidade dos serviços.

- Custo Inicial Elevado: A implementação inicial pode exigir um investimento considerável, especialmente para atender a tempestividade dos serviços.

Solução: O custo será ajustado com base no acontecimento dos óbitos, sendo pago apenas pelo volume de serviço efetivamente utilizado.

6.2.4.Conclusão:

6.2.4.1. A contratação de uma empresa especializada para serviços fúnebres, com especificações claras e formalizadas pela 12ª RM, apresenta uma solução viável e vantajosa para atender às necessidades de traslado de corpo da 12ª RM. As vantagens, como a centralização dos serviços, qualidade, conformidade e flexibilidade, superam as desvantagens potenciais, como a dependência de um único fornecedor e os custos iniciais elevados. No entanto, é crucial manter uma supervisão contínua e avaliações periódicas para garantir a eficácia e a eficiência dos serviços prestados.

6.3.Soluções de execução:

I. Possibilidade de Atendimento por Meios Próprios do Exército:

6.3.1. O Exército Brasileiro dispõe de recursos financeiros próprios para atender a essa demanda. Além disso, a demanda por serviços fúnebres está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme estabelecido no Documento de Formalização de Demanda 03 /2026.

II.Contratação de Empresa Especializada:

6.3.2.Para o processo em questão, é essencial contratar uma empresa especializada em serviços fúnebres. Isso se deve às especificações dos óbitos e à necessidade de conhecimento técnico para higienização e outros aspectos específicos desse ramo de atuação.

Audiência Pública: Não é necessário realizar audiência pública para este processo, uma vez que o serviço em questão é padrão em outros órgãos públicos.

6.4.Forma de Seleção do Fornecedor:

6.4.1. Adesão a Atas de Registro de Preços (ARP):

6.4.1.1. Devido à natureza do serviço, optou-se por não realizar a adesão, devido aos seguintes motivos: O serviço em questão é altamente específico e personalizado, envolvendo quantidades particulares e atendimento direto em quatro estados distintos, se estendendo ao Território Nacional como um todo. As atas disponíveis não atendem a esses requisitos.

6.5.Contratação Direta - Inexigibilidade de Licitação:

6.5.1.A natureza deste objeto de contratação é comum e há mercado disponível para sua prestação. Portanto, não é justificável optar por uma contratação direta.

6.6.Dispensa de Licitação:

6.6.1.O valor total dos serviços fúnebres ultrapassa R\$50.000,00, tornando a dispensa de licitação inadequada para este caso. Portanto, é imprescindível realizar um processo licitatório para garantir a conformidade com a legislação vigente e obter as melhores condições comerciais possíveis.

6.7.Licitação:

6.7.1. O procedimento a ser realizado será um Pregão Eletrônico, com o objetivo de garantir a obtenção do menor preço possível. Este processo visa promover a competitividade entre os fornecedores, assegurando a transparência e a eficiência nos serviços necessários. Através desta modalidade de licitação, espera-se alcançar uma relação custo- benefício otimizada, beneficiando a administração pública e, consequentemente, a sociedade.

6.8.Forma de Contratação:

6.8.1. A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

6.8.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada às características da contratação pretendida, considerando a natureza dos serviços funerários e de traslado de restos mortais, cuja demanda é eventual, imprevisível e condicionada à ocorrência de fatos futuros e incertos.

6.8.1.2. A contratação enquadra-se na hipótese prevista no inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que a Administração possui necessidade permanente de manter disponível solução apta ao atendimento das demandas relacionadas ao falecimento de militares da ativa, da reserva remunerada, reformados, pensionistas e demais beneficiários amparados pela legislação vigente.

6.8.1.3. Embora as ocorrências não sejam contínuas, a necessidade institucional de atendimento existe de forma permanente durante toda a vigência da contratação, exigindo que a Administração disponha de instrumento contratual apto a proporcionar pronto atendimento sempre que necessário.

6.8.1.4. A contratação também se enquadra na hipótese prevista no inciso V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista que, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo exato dos serviços que serão efetivamente demandados pela Administração.

6.8.1.5. O número de ocorrências de falecimento, os locais de origem e destino dos translados, as distâncias percorridas, os modais de transporte necessários e os serviços funerários específicos a serem executados dependem de eventos futuros, incertos e alheios ao controle da Administração.

6.8.1.6. Embora tenham sido utilizadas informações históricas e estimativas para fins de planejamento da contratação, não há como prever com exatidão a quantidade de serviços que será efetivamente demandada durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços.

6.8.1.7. A utilização do Sistema de Registro de Preços permite que a Administração registre previamente os valores dos serviços e realize as contratações somente quando houver efetiva necessidade, observando-se os quantitativos efetivamente demandados ao longo da vigência da ata.

6.8.1.8. A solução adotada promove maior eficiência administrativa, pois elimina a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios sempre que ocorrer demanda por serviços funerários e traslado de restos mortais.

6.8.1.9. A utilização do SRP também proporciona maior economicidade, permitindo que a Administração realize contratações sob demanda, evitando a assunção de compromissos financeiros relacionados a quantitativos que eventualmente não venham a ser utilizados.

6.8.1.10. Considerando a natureza sensível do objeto, que exige atendimento célere e resposta imediata em situações de falecimento, a manutenção de Ata de Registro de Preços vigente contribui para assegurar a continuidade do atendimento e a pronta execução dos serviços quando necessários.

6.8.1.11. Verifica-se, ainda, que a solução possibilita o atendimento das diversas Organizações Militares apoiadas pela contratação, permitindo que as demandas sejam atendidas de forma padronizada e eficiente, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.

6.8.1.12. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, celeridade, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.

6.8.1.13. A utilização do SRP mostra-se especialmente vantajosa para o presente objeto, uma vez que permite à Administração contratar apenas os serviços efetivamente utilizados, sem a necessidade de prévia reserva de recursos para demandas futuras incertas, assegurando maior racionalidade na gestão dos recursos públicos.

6.8.1.14. Diante do exposto, conclui-se que a utilização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nas hipóteses previstas nos incisos I e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, mostrando-se a solução mais adequada para atender às características da contratação de serviços funerários e traslado de restos mortais, garantindo flexibilidade, eficiência administrativa, economicidade e atendimento tempestivo das demandas institucionais.

6.8.2. Contrato de Fornecimento Contínuo: como o objeto da contratação não se refere a bens, mas a serviços, o Contrato de Fornecimento Contínuo não é aplicável ao presente processo.

6.8.3. Contrato de Serviço Continuado:

6.8.3.1. Mão de Obra Dedicada: os serviços fúnebres não exigem mão de obra exclusivamente dedicada, pois são realizados conforme a demanda específica.

6.8.3.2. Sem Mão de Obra Dedicada: o serviço em questão não requer mão de obra exclusiva, visto que a prestação dos serviços não será direcionada exclusivamente a 12ª RM, permitindo a execução por equipes que atendem a múltiplos clientes.

6.8.4. Contratação de Serviço Não Continuado: Apesar de os serviços de óbitos serem contínuos por sua própria natureza, a contratação para tais serviços pode ser feita conforme a demanda específica e não de forma contínua.

6.9. Adequação entre a Solução Escolhida e o Potencial em Atender a Necessidade:

6.9.1. A solução selecionada para a contratação dos serviços fúnebres é a realização de um Pregão Eletrônico, que será formalizado através de um contrato de serviço continuado, sem a exigência de mão de obra dedicada exclusivamente.

Esta abordagem foi escolhida após uma análise detalhada das necessidades e especificações do serviço, garantindo que a modalidade e o tipo de contrato sejam adequados para atender de maneira eficiente e econômica às demandas estabelecidas.

6.10. Adequação entre a Modalidade de Contratação, Licitação, Critério de Julgamento e Modo de Disputa:

6.10.1. Modalidade de Contratação/Licitação: Pregão Eletrônico.

O Pregão Eletrônico foi selecionado como modalidade de licitação devido à sua eficiência e capacidade de proporcionar ampla competitividade, além de ser adequado para a contratação de serviços contínuos e comuns, como os serviços fúnebres.

6.10.2. Critério de Julgamento: Menor Preço.

O critério de julgamento adotado é o Menor Preço, o que significa que a escolha do fornecedor será baseada no valor financeiro mais baixo apresentado, visando a otimização dos recursos públicos e o melhor custo benefício para a administração.

6.10.3. Modo de Disputa: Aberto/Fechado.

O modo de disputa será estabelecido conforme as necessidades do processo licitatório, podendo ser aberto ou fechado, para garantir a maior transparência e competitividade na seleção do fornecedor.

6.11 A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

6.11.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada às características da contratação pretendida, considerando a natureza dos serviços funerários e de traslado de restos mortais, cuja demanda é eventual, imprevisível e condicionada à ocorrência de fatos futuros e incertos.

6.11.2. A contratação enquadra-se na hipótese prevista no inciso I do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que a Administração possui necessidade permanente de manter disponível solução apta ao atendimento das demandas relacionadas ao falecimento de militares da ativa, da reserva remunerada, reformados, pensionistas e demais beneficiários amparados pela legislação vigente.

- 6.11.3. Embora as ocorrências não sejam contínuas, a necessidade institucional de atendimento existe de forma permanente durante toda a vigência da contratação, exigindo que a Administração disponha de instrumento contratual apto a proporcionar pronto atendimento sempre que necessário.
- 6.11.4. A contratação também se enquadra na hipótese prevista no inciso V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, tendo em vista que, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo exato dos serviços que serão efetivamente demandados pela Administração.
- 6.11.5. O número de ocorrências de falecimento, os locais de origem e destino dos translados, as distâncias percorridas, os modais de transporte necessários e os serviços funerários específicos a serem executados dependem de eventos futuros, incertos e alheios ao controle da Administração.
- 6.11.6. Embora tenham sido utilizadas informações históricas e estimativas para fins de planejamento da contratação, não há como prever com exatidão a quantidade de serviços que será efetivamente demandada durante a vigência da futura Ata de Registro de Preços.
- 6.11.7. A utilização do Sistema de Registro de Preços permite que a Administração registre previamente os valores dos serviços e realize as contratações somente quando houver efetiva necessidade, observando-se os quantitativos efetivamente demandados ao longo da vigência da ata.
- 6.11.8. A solução adotada promove maior eficiência administrativa, pois elimina a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios sempre que ocorrer demanda por serviços funerários e traslado de restos mortais.
- 6.11.9. A utilização do SRP também proporciona maior economicidade, permitindo que a Administração realize contratações sob demanda, evitando a assunção de compromissos financeiros relacionados a quantitativos que eventualmente não venham a ser utilizados.
- 6.11.10. Considerando a natureza sensível do objeto, que exige atendimento célere e resposta imediata em situações de falecimento, a manutenção de Ata de Registro de Preços vigente contribui para assegurar a continuidade do atendimento e a pronta execução dos serviços quando necessários.
- 6.11.11. Verifica-se, ainda, que a solução possibilita o atendimento das diversas Organizações Militares apoiadas pela contratação, permitindo que as demandas sejam atendidas de forma padronizada e eficiente, observadas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.
- 6.11.12. A adoção do Sistema de Registro de Preços encontra-se alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, celeridade, continuidade do serviço público e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, previstos nos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.11.13. A utilização do SRP mostra-se especialmente vantajosa para o presente objeto, uma vez que permite à Administração contratar apenas os serviços efetivamente utilizados, sem a necessidade de prévia reserva de recursos para demandas futuras incertas, assegurando maior racionalidade na gestão dos recursos públicos.
- 6.11.14. Diante do exposto, conclui-se que a utilização do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços encontra fundamento nas hipóteses previstas nos incisos I e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, mostrando-se a solução mais adequada para atender às características da contratação de serviços funerários e traslado de restos mortais, garantindo flexibilidade, eficiência administrativa, economicidade e atendimento tempestivo das demandas institucionais.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. Descrição da Solução Selecionada:

7.1.1. A solução encontrada foi a contratação de serviços fúnebres por uma empresa especializada no assunto, com as estimativas e materiais/serviços especificados pela 12ª RM.

7.1.2. Modalidade de Contratação:

7.1.2.1. A modalidade selecionada para a contratação dos serviços fúnebres é a realização de um Pregão Eletrônico, que será formalizado através de um contrato de serviço continuado, sem a exigência de mão de obra dedicada exclusivamente. Esta abordagem foi escolhida após uma análise detalhada das necessidades e especificações do serviço, garantindo que a modalidade e o tipo de contrato sejam adequados para atender de maneira eficiente e econômica às demandas estabelecidas.

7.1.3. Seleção dos Fornecedores:

7.1.3.1. A modalidade selecionada para a contratação dos serviços fúnebres é a realização de um Pregão Eletrônico, que será formalizado através de um contrato de serviço continuado, sem a exigência de mão de obra dedicada exclusivamente. Esta abordagem foi escolhida

após uma análise detalhada das necessidades e especificações do serviço, garantindo que a modalidade e o tipo de contrato sejam adequados para atender de maneira eficiente e econômica às demandas estabelecidas.

7.1.4.Descrição da Demanda:

7.1.4.1.Trata-se de uma empresa especializada em serviços funerários que oferecerá os seguintes itens: urna funerária infantil, juvenil e adulta, traslado, higienização dos corpos, ornamentação no interior da urna e véu, vestimentas, tanatopraxia, embalsamento, traslado aéreo, fluvial e/ou terrestre. Os serviços serão executados conforme a demanda, para atender de maneira eficiente e respeitosa as necessidades das famílias. A seção de Assistência Social da 12ª RM informará à funerária sobre o óbito, especificando a localidade e demais informações pertinentes, elencando os itens a serem utilizados. A funerária deverá agir com rapidez e eficácia, realizando os trâmites necessários com prontidão, incluindo a preparação do corpo, traslado e documentação do óbito e demais itens solicitados. A empresa deve garantir que todos os procedimentos sejam conduzidos com o máximo de cuidado e respeito, assegurando que o processo seja o mais tranquilo possível para as famílias envolvidas.

7.1.5. Definição da Localidade:

7.1.5.1. As definições das localidades, são as cidades que abrangem a 12ª RM, sem prejuízo em caso de inclusões e exclusões de novos locais.

7.1.6. Empreitada:

7.1.6.1. O processo será executado em regime de empreitada por preço unitário.

7.1.7. Abrangência dos serviços:

7.1.7.1.A solução abrange o transporte desde o endereço de origem (local da apanha) até o endereço de destino (local de entrega), inclusive o desembaraço alfandegário nos portos e/ou aeroportos de origem e destino, se for o caso. A contratada deverá proporcionar as seguintes facilidades, entre outras:

- 1. Contatar o órgão competente para a liberação do corpo/membro;
- 2. Verificar a causa mortis e avaliar o estado do corpo/membro;
- 3. Confirmar peso e altura do falecido/membro;
- 4. Encaminhar o corpo/membro para preparação;
- 5. Higienizar e tamponar o corpo/membro, de acordo com cada necessidade;
- 6. Colocar no interior da urna material absorvente (para o caso de o corpo expelir fluidos durante a viagem), caso necessite;
- 7. Aplicar material conservante (por formolização ou embalsamamento) e vestir o Corpo;
- 8. Expedir ata de formolização ou embalsamamento;
- 9. Emitir notas e ordens de serviço;
- 10. Confirmar o destino do corpo/membro;
- 11. Definir de acordo com a contratante o meio de transporte mais adequado; e
- 12. Demais serviços necessários de acordo com a avaliação técnica e aprovação do representante do Comando da 12ª Região Militar.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A 12ª Região Militar é responsável pelos Estados do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, sendo, portanto, indispensável a concretização do presente processo para viabilizar as despesas com preparo do corpo/membro, aquisição de urnas, desembaraço documental e transporte do corpo/membro dentro da área de responsabilidade da 12ª RM.

8.2. Cabe ressaltar, entretanto, que o Exército Brasileiro é uma Força de caráter nacional, cujos militares podem estar em deslocamento ou missão em qualquer ponto do território brasileiro. Dessa forma, há a possibilidade de necessidade de traslado em localidades situadas fora dos limites territoriais da 12ª RM, o que deve ser contemplado no processo.

8.3. As quantidades estimadas foram baseadas na demanda observada nos últimos 48 (trinta) meses, bem como nas diversas operações e atividades realizadas sob o Comando da 12ª Região Militar. Ressalta-se que tais necessidades possuem caráter eventual e imprevisível, não sendo possível definir de forma exata o quantitativo a ser contratado.

8.4. Apuração dos quantitativos

Ano	2022	2023	2024	2025
Quantidade	7	15	14	9

8.5. Tomando por base a tabela acima referenciada e considerando devido às especificidades do traslado de corpo no âmbito da 12ª RM, para a nova licitação, serão considerados os quantitativos estimados abaixo:

GRUPO 01

ITEM	CATSERV /CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD

1	624597	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE ATÉ 0,50 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	2
2	483054	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE 0,51 M ATÉ 1,00 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	2
3	483056	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE 1,01 M ATÉ 1,40 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	2
4	483063	URNA ADULTO: URNA MORTUÁRIA SIMPLES DE 1,41 M ATÉ 1,90M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	6
5	624649	URNA ADULTO OBESA: URNA MORTUÁRIA ESPECIAL SIMPLES, TAMANHO ACIMA DE 1,90M OU CAPACIDADE ATÉ 150 KG; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
6	624650	URNA ADULTO EXTRA OBESA: URNA MORTUÁRIA ESPECIAL SIMPLES, TAMANHO ACIMA DE 1,90M OU CAPACIDADE ATÉ 200 KG; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS EM METAL, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
7	622569	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 0,50M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	2
8	622568	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 1,00M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	2
9	622568	URNA INFANTIL ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ZINCADA DE ATÉ 1,40M; ENVERNIZADA; COM VISOR, COM QUATRO ALÇAS FIXAS, DUAS CHAVETAS EM METAL; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO	UN	2

10	622567	URNA ADULTO ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES DE 1,41M ATÉ 1,90M DE COMPRIMENTO E LARGURA PADRÃO, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	7
11	622566	URNA ADULTO ZINCADA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES DE 1,91 M ATÉ 2,20 M DE COMPRIMENTO E LARGURA PADRÃO, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
12	622569	URNA ADULTO ZINCADA OBESA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES ATÉ 140KG, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
13	622569	URNA ADULTO ZINCADA EXTRA OBESA: URNA MORTUÁRIA ADULTO ZINCADA SIMPLES ATÉ 200KG, COM VISOR; ENVERNIZADA; COM SEIS ALÇAS FIXAS, QUATRO CHAVETAS; ACABAMENTO INTERNO FORRADO EM TNT, BABADOS DE TECIDO.	UN	2
14	603635	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA INFANTIL - ATÉ 1,40M	UN	6
15	603635	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA ADULTO - ATÉ 2,0M	UN	10
16	603635	CAIXA DE MADEIRA PARA TRANSPORTAR URNA OBESA, E EXTRA OBESA)	UN	2
17	605166	FORNECIMENTO DE COROA DE FLORES COMPOSTA POR MIX DE FOLHAGENS E FLORES NATURAIS (CRISÂNTEMO E FLORES DA ÉPOCA) MÉDIA (1,00X1,00)	UN	14
18	610261	FORNECIMENTO DE COROA DE FLORES COMPOSTA POR MIX DE FOLHAGENS E FLORES ARTIFICIAIS MÉDIA (1,00X1,00)	UN	14
19	610262	FORNECIMENTO DE ORNAMENTAÇÃO INTERNA DA URNA COM FLORES	UN	14
20	4170	SERVIÇO DE TANATOPRAXIA (INCLUINDO ASSEPSIA E TAMPONAMENTO)	UN	14
21	4170	SERVIÇO DE CORREÇÃO FACIAL	UN	14
22	4170	SERVIÇO DE EMBALSAMENTO	UN	14
23	4170	SERVIÇO DE PARAMENTAÇÃO (URNA CERIMONIA CONFORME CREDO RELIGIOSO)	UN	14
24	4170	TRANSLADO TERRESTRE NA ÁREA URBANA ATÉ 50KM DO CENTRO	KM	14
25	4170	TRANSLADO TERRESTRE REGIONAL NA ÁREA URBANA ACIMA DE 50 KM - SERÁ COBRADO O KM RODADO X VALOR COTADO POR KM	KM	4850
26	4170	TRANSLADO AÉREO EM LINHAS COMERCIAIS: PESO DO ESQUIFE X VALOR COTADO POR KG ATÉ 200KG	KM	845
27	4170	TRANSLADO AÉREO EM LINHAS PARTICULARES TÁXI-AÉREO = QUILOMETRO PERCORRIDO EM LINHA RETA ATÉ 4.320KM X VALOR COTADO POR KM	KM	8640

28	4170	TRANSLADO FLUVIAL DE ESQUIFE COM DISTÂNCIA ATÉ 700KM X VALOR COTADO POR KM PERCORRIDO	KM	700
29	4170	VIGILIA NA ORIGEM (ANTES DO EMBARQUE DO ESQUIFE)	UN	7
30	4170	VIGILIA NO DESTINO (ANTES DO SEPULTAMENTO)	UN	14
31	4170	DESPACHO DOCUMENTAL (JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS)	UN	14
32	4170	DESPACHO DOCUMENTAL (JUNTO A FUNERÁRIA DE ORIGEM E/OU DESTINO)	UN	14
33	4170	TRANSLADO DE MEMBRO VIA RODOVIÁRIO POR QUILOMETRO	KM	2000
34	4170	TRANSLADO DE MEMBRO VIA AÉREO POR QUILO	KG	115
35	4170	TRANSLADO DE MEMBRO VIA TAXI AÉREO POR QUILOMETRO	KM	2000
36	4170	SERVIÇO DE HIGIENIZAÇÃO E FORMOLIZAÇÃO	Sv	4
37	4170	SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DESEMBARAÇO DA DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE MEMBRO.	SV	4
38	4170	SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DESEMBARAÇO DA DOCUMENTAÇÃO PARA TRANSPORTE AÉREO DE MEMBRO.	SV	4
39	483056	URNA INFANTIL: URNA MORTUÁRIA DE ATÉ 1,40 M DE COMPRIMENTO; ENVERNIZADA; COM QUATRO ALÇAS, DUAS CHAVETAS, COM VISOR; ACABAMENTO INTERNO COM FUNDO FORRADO EM TNT, BABADO DE TECIDO	UN	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.377.605,96

9.1. Considerando que os serviços serão realizados conforme demanda a cada contratação.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, e no art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada análise acerca da viabilidade técnica e econômica do parcelamento da solução pretendida.

10.2. A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços funerários, compreendendo o fornecimento de urna mortuária, preparação e conservação do corpo, remoção, ornamentação, documentação pertinente, traslado terrestre, fluvial e/ou aéreo e demais serviços correlatos necessários ao atendimento das demandas da Administração.

10.3. O parcelamento do objeto constitui regra geral nas contratações públicas, devendo ser adotado quando técnica e economicamente viável e quando contribuir para ampliar a competitividade e proporcionar melhores resultados para a Administração.

10.4. Entretanto, a legislação vigente também estabelece que o parcelamento poderá deixar de ser adotado quando houver prejuízo para o conjunto da solução ou comprometimento da sua adequada execução.

10.5. Durante o levantamento de mercado verificou-se que os serviços funerários são disponibilizados pelas empresas do setor como uma solução integrada, abrangendo todas as etapas necessárias ao atendimento da ocorrência.

10.6. Constatou-se que as atividades que compõem o objeto possuem elevado grau de interdependência técnica e operacional, sendo executadas de forma sequencial e complementar.

10.7. A execução adequada dos serviços depende da perfeita coordenação entre a preparação do corpo, o fornecimento da urna mortuária, a remoção, a documentação necessária, o traslado e os procedimentos finais relacionados à destinação do corpo.

10.8. A eventual contratação de empresas distintas para a execução de cada uma dessas atividades poderia gerar dificuldades de coordenação, atrasos na prestação do serviço e aumento dos riscos operacionais.

10.9. A natureza dos serviços funerários exige atendimento imediato, contínuo e eficiente, não sendo compatível com procedimentos que demandem a articulação simultânea entre diversos contratados para atendimento de uma mesma ocorrência.

10.10. A fragmentação da solução também poderia ocasionar conflitos quanto à definição de responsabilidades entre os prestadores de serviços, dificultando a identificação de falhas e a adoção de medidas corretivas pela Administração.

10.11. Sob o aspecto da fiscalização contratual, a existência de múltiplos contratos para uma mesma solução aumentaria significativamente a complexidade do gerenciamento e do acompanhamento da execução.

10.12. Além disso, eventual falha de um dos contratados poderia comprometer a execução integral do serviço, ainda que os demais fornecedores estivessem cumprindo regularmente suas obrigações.

10.13. A contratação integrada permite a atribuição de responsabilidade única à contratada, simplificando os mecanismos de controle e assegurando maior eficiência na execução contratual.

10.14. Do ponto de vista econômico, não foram identificadas vantagens decorrentes da divisão do objeto em parcelas autônomas.

10.15. Ao contrário, verificou-se que a fragmentação da contratação tende a gerar aumento dos custos administrativos relacionados à gestão, fiscalização e coordenação contratual.

10.16. Também não foi constatada restrição relevante à competitividade decorrente da contratação da solução de forma integrada, considerando que o mercado fornecedor normalmente atua mediante a prestação conjunta de todos os serviços que compõem o objeto.

10.17. A manutenção do objeto em item único preserva a lógica operacional adotada pelo mercado, reduz riscos de descontinuidade e contribui para a obtenção de maior eficiência administrativa.

10.18. O entendimento adotado encontra amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, segundo a qual o parcelamento não deve ser promovido quando sua implementação resultar em perda de eficiência, prejuízo à economia de escala ou comprometimento da adequada execução contratual.

10.19. Diante das características da solução pretendida, conclui-se que os serviços funerários e de traslado constituem um conjunto indissociável de atividades, cuja segregação comprometeria a eficiência, a economicidade e a segurança da execução contratual.

10.20. Dessa forma, conclui-se pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, recomendando-se a realização da contratação em item único, de modo a assegurar a execução integrada da solução, a adequada responsabilização da contratada e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações correlatas à esta necessidade

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A estimativa da quantidade, juntamente com a pesquisa de preços elaborada, está de acordo com o planejamento do órgão. A contratação de serviço de preparação e traslado de corpos e membros, com fornecimento de material, visa permitir ao Comando da 12ª Região Militar o cumprimento do previsto na Legislação em vigor, de acordo com os casos descritos abaixo:

a) custeio das despesas com o traslado do corpo/membro de militar da ativa falecido, para a localidade, dentro do território nacional, solicitada pela família, incluindo despesas indispensáveis à efetivação desse transporte, de acordo com o artigo 34 do Decreto nº 4.307/2002;

b) custeio das despesas com o traslado do corpo/membro de militar inativo ou de dependente de militar, quando o falecimento ocorrer em organização hospitalar, situada fora da localidade onde residia, para a qual tenha sido removido por determinação médica competente do Exército do Brasileiro, de acordo com o artigo 35 do Decreto nº 4.307/2002;

c) custeio das despesas com o traslado do corpo de servidor civil em caso de falecimento em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, de acordo com o artigo 228 da Lei nº 8.112/1990;

d) custeio das despesas com traslado de membros humanos, superiores ou inferiores, mesmo que o Óbito tenha ocorrido fora da localidade onde reside e que tenha sido evacuado por determinação médica competente da Força ou por outros motivos fortuitos, desde que o(a) beneficiário(a) esteja enquadrado nos casos de legislação específica.

12.2. Em suma: Prover a Seção de Assistência Social os trabalhos destinados à manutenção da atividade assistencial de traslados de corpos, amparados pelos Art 9º, 10 e 11 da Portaria nº 267, de 3 de dezembro de 2020, de forma a prestar os serviços de FUNERAL a militares na ativa, inativos e seus dependentes quando amparados pela legislação vigente.

13. Catálogo de Padronização

3.1. O art. 40, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021 estabelece que deve ser feita a “especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança”. A Portaria SEGES/MENº 938/2022 instituiu, no âmbito do Poder Executivo Federal, o catálogo eletrônico de padronização, o qual recomenda-se consultar para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado. Assim, não foi encontrado o objeto desta contratação no catálogo eletrônico de padronização (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>)

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A contratação de uma empresa especializada para serviços funerários pode trazer diversos benefícios, especialmente no que diz respeito à dignidade e ao respeito durante o velório.

14.1.1. Respeito e Dignidade: empresas funerárias especializadas possuem a experiência e a sensibilidade necessárias para lidar com o falecimento de um ente querido com o respeito e a dignidade que o momento exige. Esses profissionais são capacitados para garantir que todos os procedimentos sejam realizados de maneira cuidadosa e reverente, proporcionando um ambiente de paz e respeito para a família e amigos. Elas se preocupam com detalhes importantes, como a preparação do corpo, o transporte adequado e a organização do espaço onde ocorrerá o velório, assegurando que tudo esteja em conformidade com os desejos da família e as tradições culturais e religiosas.

14.1.2. Alívio do Estresse: lidar com a perda de um ente querido é um momento extremamente estressante e emocionalmente desgastante. Ao delegar a organização do funeral a uma empresa especializada, a família pode se concentrar em seu

luto, enquanto os profissionais cuidam de todos os detalhes logísticos e administrativos. Isso inclui desde a documentação necessária até a coordenação do serviço religioso, o que alivia a carga emocional e permite que a família e amigos prestem suas homenagens sem preocupações adicionais. Além disso, essas empresas oferecem suporte contínuo, auxiliando na resolução de questões práticas que podem surgir durante esse período difícil.

14.2. Destaca ainda que o benefício direto resultante da contratação será a preparação e translado de corpo/membro, com fornecimento de material, sendo indispensável à concretização do processo em tela para a realização das despesas com preparo do corpo/membro, aquisição de urnas, desembarço com documentação e o transporte do corpo sob as áreas de responsabilidade da 12ª RM. Proveniente da Seção de Assistência Social os trabalhos destinados à manutenção da atividade assistencial de translados de corpos/membros, amparados pelos Art 9º, 10 e 11 da portaria - DGP/C Ex nº 267, de 03 de dezembro de 2020, de forma a prestar os serviços de FUNERAL a militares na ativa, inativos e seus dependentes quando amparados pela legislação vigente.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. O procedimento em questão passará pelas seguintes etapas:

15.1.1. Primeiramente, Análise Jurídica: o procedimento será submetido à Consultoria Jurídica para garantir que todos os aspectos legais estejam em conformidade.

15.1.2. Após Análise de Mérito e Aprovação: a revisão jurídica, o procedimento será encaminhado para análise e aprovação pelo órgão central, a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Esta etapa inclui a avaliação de mérito e a autorização para a disponibilidade orçamentária necessária para a efetivação da contratação.

15.1.3. Trâmites Licitatórios: Finalmente, serão realizados os trâmites licitatórios finais. Isso incluirá a condução do Pregão Eletrônico, a definição da empresa vencedora e a formalização do contrato.

15.2. Das providências na execução e/ou fiscalização do contrato

15.2.1. O serviço será prestado a partir do acionamento da solicitação telefônica através da Seção de Assistência Social do Comando 12ª Região Militar à Contratada, observando a data da apanha constante da mesma, estará autorizada a dar início ao serviço de translado, tendo as seguintes obrigações:

15.2.2. A execução dos serviços será iniciada, no máximo, 1 (uma) hora após o acionamento da Contratada, por meio de ligação telefônica da seção responsável da 12ª Região Militar, sendo sua conclusão dependente das ações preliminares, da liberação de toda documentação necessária à execução do serviço, a ser providenciada pela Contratada, e do efetivo translado do corpo do local de origem até o destino;

15.2.3. A Contratada deverá dispor de um sistema de atendimento telefônico durante 24 (vinte e quatro) horas por dia;

15.2.4. A contratada será acionada pela 12ª Região Militar e entrará em contato com a família do "De Cujus" no telefone indicado;

15.2.5. Para perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades descritas, promovendo sua substituição quando necessário;

15.2.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

15.2.7. O Órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

15.2.8. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

15.2.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

15.2.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

(Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

15.2.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

15.2.12. Identificado qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

15.2.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

15.2.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

15.2.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

15.2.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

15.2.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);

15.2.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);

15.2.19. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

15.2.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);

15.2.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

15.2.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);

15.2.23. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

15.2.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);

15.2.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

15.2.26. O contrato deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

15.2.27. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

15.2.28. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022);

15.2.29. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga;

15.2.30. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

15.2.31. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022);

15.2.32. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo;

15.2.33. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

15.2.34. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

15.2.35. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste ETP e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

15.2.36. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos procedimentos descritos no Termo de Referência.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Os impactos ambientais associados a um contrato comum a funerária podem variar dependendo dos serviços prestados e das práticas adotadas pela empresa. Vejamos:

Poluição: A produção de caixões e urnas a partir de materiais não sustentáveis pode contribuir para a poluição ambiental. Para mitigar esse impacto, deve-se preferir caixões e urnas fabricados com materiais reciclados ou sustentáveis, e incentivar o uso de urnas compostáveis feitas de materiais naturais.

Emissões de Gases: O transporte de corpos e familiares para velórios ou sepultamentos pode gerar emissões de gases de efeito estufa. Para reduzir essas emissões, deve-se escolher veículos com menor impacto ambiental e otimizar as rotas de transporte.

Resíduos: O processo funerário pode gerar resíduos, como materiais de embalagem e restos de flores, que muitas vezes não são descartados corretamente. Para minimizar o impacto ambiental, é fundamental realizar a gestão adequada desses resíduos e promover a reciclagem sempre que possível.

Impactos no Solo e na Vegetação: A expansão de cemitérios pode levar à destruição de habitats naturais e à alteração dos ecossistemas locais. Para mitigar esses impactos, é importante preservar áreas verdes, promover práticas de conservação e optar por cemitérios sustentáveis que integrem a vegetação local.

Uso de Água: O uso de água para a limpeza e preparação do corpo pode ser significativo. Deve-se adotar técnicas que minimizem o consumo de água e métodos de limpeza que possibilitem a reciclagem da água utilizada.

17. Vigência Plurianual

17.1. O serviço é classificado como continuado, devido à frequência significativa de óbitos, o que exige uma prestação constante e ininterrupta dos serviços contratados. Diante dessa necessidade, a vigência plurianual do contrato se mostra mais vantajosa para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados. Inicialmente, o contrato terá duração de 12 (doze) meses, mas poderá ser prorrogado por períodos adicionais, conforme previsto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Esses artigos permitem a extensão da vigência do contrato, desde que haja justificativa para a continuidade dos serviços e que a prorrogação atenda aos interesses da administração pública, assegurando a economicidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

18. Qualificação-Técnica e Econômica

18.2. Justificativa da Exigência de Qualificação Econômico-Financeira:

18.2.1. A exigência de qualificação econômico-financeira visa garantir que os fornecedores participantes possuam saúde financeira suficiente para arcar com a execução do contrato sem riscos de inadimplemento. No caso específico dos serviços fúnebres, as condições econômico-financeiras são justificadas pelos seguintes motivos:

Capacidade de Cumprimento das Obrigações: É essencial que os fornecedores demonstrem solidez financeira para garantir o cumprimento das obrigações contratuais, evitando atrasos ou interrupções nos serviços.

Continuidade do Fornecimento: A comprovação de boa saúde financeira assegura que a empresa tem capacidade de manter a regularidade na prestação dos serviços durante todo o período contratual.

Mitigação de Riscos: A avaliação econômico-financeira reduz os riscos de inadimplência e possíveis problemas de liquidez do fornecedor, garantindo maior segurança ao processo licitatório.

16.2.2. Portanto, a exigência de qualificação econômico-financeira é indispensável para assegurar que os fornecedores selecionados tenham capacidade financeira para cumprir com suas obrigações contratuais de forma regular e contínua. Dessa forma, mesmo em contratações para entrega imediata, a manutenção dessas exigências é crucial para evitar riscos de não cumprimento do contrato.

16.2.3. Concluímos que a dispensa das exigências de qualificação técnica não é justificável, mesmo que o objeto licitatório se refira a uma contratação para entrega imediata. A garantia de fornecimento de serviços fúnebres de qualidade, em conformidade com as normas técnicas e a segurança econômico-financeira dos fornecedores, são fatores imprescindíveis para o sucesso e a segurança do processo licitatório.

16.2.4. Assim, fundamentamos a manutenção das exigências de qualificação econômico-financeira para a contratação dos serviços fúnebres conforme disposto no artigo 18, IX da Lei nº 14.133/2021.

19. Classificação conforme Lei nº 12.527

19.1. A Lei Nº12.527, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), tem como objetivo principal garantir o acesso dos cidadãos às informações públicas. No contexto da contratação de serviços funerários, uma vez que se trata de serviços comuns e não sensíveis, não há necessidade de tratá-los de forma sigilosa. Assim, é importante garantir a transparência e o acesso à informação relacionada à contratação desses serviços, de modo a promover a prestação de contas e a fiscalização por parte da sociedade.

20. Vedação de Consórcios e Cooperativas

20.1. Justificativa para a Vedação de Cooperativas:

20.1.1. Em conformidade com o disposto no subitem 3.10.11 da minuta do Edital, justifica-se a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio no Pregão Eletrônico SRP destinado à contratação de empresa especializada para prestação de serviços funerários e traslado de restos mortais, com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

20.1.2. O objeto da contratação consiste na prestação de serviços funerários e de traslado de restos mortais em território nacional, compreendendo atividades como remoção, preparação e conservação do corpo, fornecimento de urnas funerárias, documentação pertinente, transporte terrestre, aéreo ou fluvial e demais procedimentos correlatos necessários à execução da solução.

20.1.3. Embora a execução dos serviços possa demandar atuação em diferentes localidades do país, o levantamento de mercado realizado durante a fase de planejamento demonstrou a existência de diversas empresas especializadas que atuam nacionalmente por meio de redes credenciadas, filiais, representações ou parcerias operacionais, possuindo capacidade técnica, operacional e econômico-financeira suficiente para executar integralmente o objeto sem necessidade de constituição de consórcio.

20.1.4. Verificou-se, ainda, que os requisitos de habilitação definidos para a contratação são compatíveis com a realidade do mercado e não exigem capacidade econômico-financeira ou operacional extraordinária que justifique a união formal de empresas para viabilizar a participação no certame.

20.1.5. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelece que a participação de empresas em consórcio deve ser analisada conforme as características do objeto licitado, sendo recomendada, em regra, para contratações de elevada complexidade técnica, grande vulto econômico ou quando necessária a conjugação de capacidades técnicas e financeiras que não possam ser atendidas individualmente pelos licitantes.

20.1.6. No presente caso, não se identificou a necessidade de associação formal entre empresas para a execução contratual, uma vez que o próprio mercado opera mediante redes de atendimento e prestação descentralizada dos serviços, mecanismo que poderá ser utilizado pela futura contratada, observadas as regras de subcontratação previstas no edital e no contrato.

20.1.7. A admissão de consórcios, nas circunstâncias da presente contratação, não ampliaria a competitividade do certame, podendo, ao contrário, reduzir o número de propostas independentes apresentadas à Administração, mediante a associação de empresas que possuem capacidade individual para execução do objeto.

20.1.8. Tal situação poderia restringir a concorrência efetiva e reduzir as possibilidades de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em afronta aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

20.1.9. Além disso, a vedação à participação de consórcios favorece a simplificação da gestão contratual, da fiscalização da execução dos serviços e da apuração de responsabilidades em caso de falhas, atrasos ou descumprimento das obrigações assumidas.

20.1.10. Considerando a natureza sensível dos serviços funerários e de traslado de restos mortais, mostra-se desejável que a Administração possua interlocução direta com uma única contratada responsável pela coordenação integral dos atendimentos, pela gestão da rede executora e pelo cumprimento das obrigações contratuais.

20.1.11. Ressalta-se que a vedação à participação de empresas em consórcio não configura restrição indevida à competitividade, por estar devidamente fundamentada nas características do objeto, nas condições verificadas no mercado fornecedor e na existência de número suficiente de empresas aptas a executar o objeto individualmente.

20.1.12. Dessa forma, considerando a existência de ampla oferta de fornecedores especializados, a inexistência de complexidade técnica ou econômico-financeira que exija associação empresarial formal, bem como a necessidade de simplificação da gestão e da fiscalização contratual, conclui-se que a vedação à participação de empresas reunidas em consórcio atende de forma mais adequada ao interesse público.

20.1.13. Por todo o exposto, com fundamento no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, mantém-se a vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio, por se tratar da medida que melhor preserva os princípios da competitividade, economicidade, eficiência, segurança jurídica e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

21. Princípio da Padronização

21.1. Com base no princípio da padronização estabelecido pela Lei nº 14.133, é crucial que a empresa siga as diretrizes dos documentos de licitação. Isso assegura a conformidade com os padrões estabelecidos e promove a eficiência e a qualidade em suas operações.

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos seguintes princípios:

- I. Da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;
- II. Do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§1º Na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados:

- I. A responsabilidade técnica;
- II. O custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos com a divisão do objeto em itens;
- III. O dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços a uma distância compatível com as necessidades da Administração.

21.2. De acordo com o Catálogo Eletrônico de Padronização do governo, observa-se que, ao contrário de itens como água mineral, café e açúcar, não há uma padronização estabelecida para os serviços fúnebres (Catálogo Eletrônico de Padronização).

22. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

22.1. Justificativa da Viabilidade

A presente contratação se faz necessário afim de atender a demanda de óbitos que necessitam de serviços funerários dentro da jurisdição da 12ª RM.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARRITON SANTOS DIAS

Membro da comissão de contratação

KEILA SANTANA NEVES

Membro da comissão de contratação

LAURA LUANA VIEIRA NUNES

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 21:20:58.

LUCIANE DE CARVALHO PEREIRA

Membro da comissão de contratação